RELAÇÕES DE PODER NA SUCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA EM NOVA ANDRADINA/MS

POWER RELATIONS IN SUCCESSION OF MANAGEMENT IN THE FAMILY FARM: AN ANALYSIS IN THE SETTLEMENT SANTA OLGA IN NOVA ANDRADINA/MS

Fabiano Greter Moreira[1]
Madalena Maria Schlindwein[2]

RESUMO: O presente artigo visa fomentar discussões sobre as relações de poder no campo da administração, em especial, na gestão dos processos sucessórios no contexto da agricultura familiar. Várias são as circunstâncias e as formas de subjetivar as pessoas, sobretudo as mulheres na condição apenas de paciente e não agente de transformação e mudanças. Ao contemplar a agricultura familiar em um assentamento, pode-se presenciar como tem sido comum o feminino à frente das atividades operacionais, antes realizadas apenas pelo masculino, além de suas responsabilidades historicamente conceituadas de provedora do lar e da família. Dessa forma, esta pesquisa objetiva evidenciar as relações de poder no que concernem à sucessão da gestão na agricultura familiar no Assentamento Santa Olga, localizado no Município de Nova Andradina – MS, polarizando a transição de poderes, resistências e responsabilidades da mulher no campo. Apresenta, como método de pesquisa, um estudo qualitativo, por meio de questionário e entrevistas. Os principais resultados apontam a mulher como propulsora de muitas famílias, e, ainda, produtora, mãe e empresária rural.

Palavras-chave: Campo; Mulher; Responsáveis.

ABSTRACT: This article aims to foster discussions and the importance of power relations in the field of administration, in particular in the management of succession processes in the context of family farming. There are several circumstances and forms of subjectively people, especially women in the only patient condition and not transformation and change agent. In contemplating the family farm in a settlement, one can witness how it has been common female forward from operating activities before held only by men, and their historically reputable responsibilities provider of home and family. Thus, this research aims to highlight the power relations in which concern the succession management in family agriculture in Santa Olga settlement, located in

[1] Mestre em Agronegócios. Docente nos Cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Tecnologia em Produção Sucroalcooleira na Faculdade de Administração de Nova Andradina (FINAN/UNIESP), no Curso de Tecnologia em Gestão Financeira e Administração de Empresas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, no Campus de Nova Andradina.

[2] Doutora em Ciências, área de concentração em Economia Aplicada, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq-USP. Docente dos Cursos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD.

the City of Nova Andradina - MS, polarizing the transition of power, resistance and women's responsibilities in the field. Presents, as a research method, a qualitative study, using a questionnaire and interviews. The main results show the woman as a driver of many families, and also producer, mother and rural entrepreneur.

Keywords: Field; Women; Responsible.

INTRODUÇÃO

Perspectivas populacionais revelam que o número de habitantes na terra deva chegar a 09 bilhões até 2050, fator este que remete a pensar como conseguir alimentar uma população numerosa, diante de um meio rural cada dia mais escasso. Há, também, que salientar a forte responsabilidade dada aos agricultores familiares na produção de alimentos, mas, no entanto, o maior desafio, hoje, é conseguir fazer com que o homem/a mulher possam criar laços e permanecer em seu meio, como forma sustentável de vida.

Estudos dirigidos por Lodi (1987), Costa (2006) e Ricca (2007) apresentam que a sucessão da gestão se inicia no berço familiar, local onde se criam valores, identidades e, acima de tudo, o estímulo da próxima geração no âmbito familiar e produtivo. Com isso, nascem as relações de poder, salientadas por Michel Foucault, nas determinações e direcionamentos de como fazer, quando fazer e quem fazer e, ainda, se o responsável da propriedade não delegar e/ou inserir o sucessor nas atividades ficará pouco provável a continuidade da propriedade, pois o poder do responsável em sujeitar o sucessor abre campos de outras sujeitações.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa se refere à problematização dos aspectos relativos às relações de poder de Foucault na sucessão da gestão na Agricultura Familiar em um Assentamento Rural localizado no Município de Nova Andradina/MS. Para tanto, o trabalho estrutura-se em quatro partes, além desta breve introdução. No segundo item, apresenta-se a revisão bibliográfica, com o intuito de evidenciar as relações de poder, segundo Foucault, conceitos de agricultura familiar, sucessão familiar e gestão da propriedade rural. Em seguida, destaca-se a utilização do método de estudo qualitativo, por meio de questionário e entrevistas, buscando demonstrar a participação das mulheres como responsáveis e provedoras de lotes no Projeto de Assentamento Santa Olga. Com os resultados e discussões, na última parte deste trabalho, procura-se apresentar estudos de autores que trazem as mulheres como sujeitos atuantes na vida social e econômica, diante de um histórico de subjetivação masculina, e a importância de seu papel social na Agricultura Familiar e na produção de alimentos para a sociedade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta revisão bibliográfica refere-se a uma análise dos aspectos que envolvem a temática deste artigo, dividindo-se em: relações de poder, salientadas mediante os estudos de Foucault, em interface com as temáticas ligadas à agricultura familiar, à sucessão familiar e gestão rural.

RELAÇÕES DE PODER EM FOUCAULT

Ao se fazer citação ao conceito de poder, dirige-se às problematizações sustentadas por Foucault (1988), que escreve uma história que se conecta às políticas em nível micro, a qual ele denomina de "microfísica", local onde se institui um poder *in lócus,* complexo e difuso. O poder, para Foucault (1988), não se apresenta em um lugar determinado do contexto social, mas, disperso nas relações; não mais concebido na vertical ou de cima para baixo, mas no plano horizontal, sempre passível de gerar um chamado contra poder, a resistência.

De acordo com Foucault (1988) não existe algo uno ou global que possa ser chamado de poder, mas, formas heterogêneas e em constante transformação. Em suma, trata-se de práticas sociais constituídas historicamente. Dessa forma, é possível dizer que ele, o poder, marca/adestra os corpos, na medida em que os condiciona a determinadas condutas e ao fazer de sua construção social uma ordem natural que, agregada aos sistemas binários de pensamentos e de comportamentos, impregna características peculiares e essencialistas aos sujeitos sociais, sobretudo às mulheres, ao enquadrá-las no reduto da reprodução, na esfera doméstica e na ideia equivocada e misógina de sujeito passivo.

Em a *Microfísica do Poder* (1988), Foucault destaca que o poder não se encontra fixo em um local específico da estrutura social. Ao contrário, ele funciona como uma rede de dispositivos que caracteriza uma relação também marcada por mecanismos de resistências. Em outras palavras, corpo e poder aparecem interligados segundo a ótica foucaultiana: o corpo, enquanto superfície de inscrição dos acontecimentos, inteiramente marcado de história, um local, um campo onde se atravessam forças; o poder, que produz domínios de objetos, mediante uma relação de força, demarcada por situações estratégicas de disputas.

Os discursos provenientes de Foucault (1979) sobre a ideia da liberdade e da dominação dos homens podem ser relacionados pela força, relação de um lugar, ou mesmo, uma verdade imposta na pessoa. Nas palavras de Machado (1981), toda relação de poder produz um campo de saber, pois a sua docilidade e a utilidade do homem no campo econômico e social, diante de sua genealogia nos dispositivos de sexualidade, permite uma disputa nas redes de poderes que impera na sociedade.

Machado (1981) comenta que os procedimentos técnicos de poder ou a microfísica do poder de Foucault estão ligados em suas extremidades, suas formas locais e no

controle do corpo por meio de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos, de maneira heterogênea, e, ainda, integrada por micro poderes do ambiente na estrutura social. O poder não é algo concreto, é algo difuso; existem relações de poder onde é exercido no ambiente familiar, na sociedade e proveniente de uma resistência, funcionando como um instrumento de poder, que produz um saber.

AGRICULTURA FAMILIAR

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006) apresentou, pela primeira vez, informações sobre a atividade econômica realizada pela agricultura e pelos empreendimentos familiares rurais no país, assim considerados os que atendem, simultaneamente, aos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Dentre os quais destacam-se: a área do estabelecimento ou empreendimento rural que não deve exceder quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente da própria família; a renda familiar deve ser exclusivamente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento deverá ser dirigido pela família.

Segundo Wanderley (1999), para se caracterizar sob o ponto de vista da Agricultura Familiar, a família, além de ser proprietária dos meios de produção, deverá assumir também o trabalho no estabelecimento produtivo. Esta concepção incorpora desde o campesinato tradicional até a ideia de produtor familiar moderno. De acordo com Guanziroli *et al.* (2001), a Agricultura Familiar não deve ser definida a partir do tamanho do estabelecimento. Estes autores partem de um conceito mais geral, em que algumas condições precisam ser simultaneamente atendidas, como: a direção dos trabalhos que deve ser exercida pelo produtor e o trabalho da família devem ser superiores ao trabalho contratado (terceiros). Percebe-se que, mesmo aqueles que não são proprietários da terra, como os arrendatários, os parceiros e os posseiros, podem ser caracterizados como agricultores familiares.

De maneira análoga ao modelo proposto pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que financia projetos individuais e coletivos aos agricultores familiares e assentamentos de reforma agraria, Altmann (2002) preconiza o conceito de Agricultura Familiar de forma mais detalhada, em que:

> Agricultor familiar é aquele que explora parcela da terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (ALTMANN, 2002, p. 07).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e o INCRA (1994), o modelo familiar teria como características peculiares a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Para Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente potencializando a economia dos municípios onde vivem.

Conforme Navarro *et al*. (2010), a primeira expressão de Agricultura Familiar ocorreu no ano de 1993, em um seminário sobre políticas agrícolas, realizado em Belo Horizonte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, que deveria designar aquele conjunto de produtores. Ademais, os autores evidenciam ainda que, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em julho de 1995, a expressão Agricultura Familiar definitivamente se consagrou, institucionalizando tal noção e delimitando, por sua vez, objetivamente o grupo de produtores sob sua definição.

De forma diferenciada, Buarque (2002) comenta que, cada vez mais, o local está sendo intensamente influenciado e impactado por processos globais de mudança econômica, tecnológica e institucional, que determinam seu futuro, suas dificuldades, mas também suas oportunidades. Assim, entender a localidade no desenho da economia mundial é uma forma de redução das distâncias físicas e de quebra de fronteiras, buscando o que preconiza o desenvolvimento local que interage e recebe influências, dependendo das próprias capacidades dos atores locais e das suas potencialidades.

SUCESSÃO FAMILIAR

De acordo com Lodi (1987), a família, mais precisamente o fundador e/ou gestor da propriedade, é o principal responsável pelas futuras gerações no negócio. É nele que se concentra a sobrevivência da empresa, bem como suas relações e a maturidade de superar os desafios na fase de sucessão. A gestão familiar, para Ricca (2007), deve acontecer em longo prazo, não misturando as relações afetivas de família com a gestão da propriedade, sendo que o acesso dos membros da família para a sucessão do comando dependerá da motivação e interesse do mesmo, porém o tomador de decisão deverá realizar o planejamento de formação da sucessão dos líderes, de acordo com os interesses e a satisfação das necessidades pessoais de seus membros.

A sucessão empresarial, por ser um tema delicado de ser tratado, deve ser conduzida com muita habilidade pelo responsável da família, ato este que deveria ocorrer na propriedade enquanto o gestor goza de condições plenas de saúde física e mental, com controle e poder da empresa, consolidando a sucessão de forma gradual e efetiva, não deixando ocorrer no instante da partilha de bens e/ou inventário. Com uma visão de empresa familiar, Costa (2006) comenta que a exploração econômica de bens e serviços, voltada à satisfação das necessidades humanas e da constituição de espaço de funcionalidade e realizada por meio das divisões das atividades, difere do contexto família, que envolve os laços afetivos e o objetivo de procriação.

O processo de sucessão é um período muito delicado dentro da organização, conforme aponta Lodi (1987), e que, para Costa (2006), deve ser conduzido, adequadamente, caso contrário, se em virtude de renovação ou finalização das atividades, um dos maiores desafios é saber "quando", "para quem" e "como deve ocorrer". Lembrando que, quanto mais cedo for a "integração do proprietário e sucessor", melhor será a adaptação e tempo suficiente para correções futuras no rumo dos negócios, sequencialmente, delegando gradualmente as responsabilidades e o comando, de forma que, o fundador tenha sua saída gradativa e efetiva.

A sucessão nas propriedades deve ser preparada desde quando os filhos ainda são pequenos, sendo necessárias algumas medidas que antecedem as fases do processo sucessório. Logo, Lodi (1987) cita três grupos que estão ligados diretamente à formação dos futuros sucessores: a formação de base dos sucessores inicia no berço, a base do futuro sucessor, atribuído na educação que recebe da família e na vocação despertada pelo trabalho da propriedade; o seu plano de desenvolvimento: o sucessor deve possuir total conhecimento do negócio, bem como o processo produtivo, o ambiente que está inserido, a sociedade no âmbito cultural, social e políticos; as medidas de caráter organizacional e jurídico: a preparação do ambiente para o futuro sucessor, no que refere as adequações estruturais e passagem de gestão da propriedade.

Uma nova realidade de mudanças nos padrões de sucessão na Agricultura Familiar está sendo introduzida na atual conjuntura do campo. De acordo com os estudos de Carneiro (2001), são atribuídos alguns fatores, como a disponibilidade de terras suficientes a sustentação da família, a mecanização iniciada no ano de 1960, a redução da mão de obra na produção e a forte atração dos valores urbanos sobre os jovens para o trabalho assalariado, além da forte participação feminina na tomada de decisão no campo rural.

Para Lodi (1970), possuir visão empresarial em uma empresa familiar é gerir o negócio com estilo próprio, ter vocação, coragem, talento e capacidade de enfrentar os desafios de maneira gerencial. Pois, quando atingir determinada idade e/ou não estar em plenas condições de tocar a propriedade, alternativas devem ser tomadas para o andamento do processo produtivo, que pode acontecer com a sucessão de um membro da família, ter alguém de fora da família para dar continuidade. Ou seja, um

arrendatário, por exemplo, ou vender a propriedade, possibilidades que o responsável deve ter evidente em sua trajetória empresarial.

A tomada de decisão e a responsabilidade da propriedade podem ser compreendidas pelo processo de trabalho, onde haja um chefe de família, um pai, uma mãe e/ou responsável, que toma decisões sobre o uso da terra e demais atividades de emprego e comercialização dos produtos, porém o chefe de família vai, além disso, integrando toda a família no trabalho e sua participação nas decisões, como bem ressalta Almeida (1986).

Seguindo o pensamento de Almeida (1986), de acordo com Carneiro (2001, p. 24), "o pai é responsável pela manutenção do grupo familiar", com responsabilidades de zelar por este patrimônio coletivo, "cuidando de transmiti-lo as demais gerações". Logo, processos de sucessão sem planejamento contribuem para o desaparecimento das empresas familiares. Por isso, a necessidade de se elaborar um planejamento estratégico de longo prazo para a gestão da sucessão é de grande importância para a continuidade da propriedade e para os negócios. E, ainda, conforme enfatiza Ricca (2007), isso deve começar no berço familiar, atribuindo os conhecimentos das atividades operacionais e em seguida a sua hierarquia organizacional.

GESTÃO RURAL

A palavra Gestão vem do latim [gerentia, de gerere, 'fazer'], que significa ato de gerir, as funções do gerente, gestão, administração, ou seja, administrar negócios públicos e particulares diante de um conjunto de princípios, normas e funções, que tem por finalidade ordenar os fatores de produção, os controles de sua eficiência e eficácia, visando obter os resultados desejados e as metas determinadas. Maximiano (2008) cita que o sociólogo e economista Max Weber relata que, todas as organizações existem pelo principal motivo, alcançar objetivos, por meio de ações coordenadas de grupos de pessoas, sejam organizações formais, regidas por regulamentos ou grupos sociais informais, regidos por relações pessoais.

Para Motta e Vasconcelos (2010), a boa organização das propriedades rurais é condição indispensável para que os objetivos do processo produtivo e do trabalho sejam alcançados. A eficiência do trabalho se dá por meio das divisões de responsabilidades, delegações e centralização de tomada de decisão, obedecendo aos interesses comuns, de forma que o andamento da atividade deverá atender às necessidades da organização e não apenas das pessoas. A administração rural pode ser entendida como o estudo que considera a organização e a operação de uma empresa agrícola, visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos, conscientemente dirigidos.

Vilpoux e Oliveira (2011) retratam que a cooperação na Agricultura Familiar, mediante os arranjos com as interações nos mercados, objetiva trabalhar as relações de dependências destes com os intermediários. Para os autores, uma das dificuldades para

tal concretização refere-se à atenuada participação das associações e das cooperativas neste processo, fazendo com que o fornecedor procure pontos de referências onde lhes são atribuídos valores mais elevados, substituindo a compra direta aos produtores, seja no campo formal ou informal do capital social.

Para Lourenzani (2006), o desempenho da Agricultura Familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, seja decorrente das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais. O mesmo autor ainda explica que a elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos, a venda de produtos, o acesso aos mercados e a complexidade de funções, concomitantemente, exigem capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais.

MÉTODO DE PESQUISA E FONTE DE DADOS

Segundo Creswell (2010), os métodos de pesquisa específicos envolvem as formas de coleta e análise e interpretação dos dados que os pesquisadores propõem para seus estudos. Sendo assim, este estudo se dará em uma pesquisa qualitativa, através de elementos secundários (pesquisa bibliográfica e documental) e fenômenos primários (pesquisa de campo), por meio de questionários e entrevistas realizados com aos responsáveis das propriedades rurais do Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no Município de Nova Andradina – MS.

De acordo com o método de amostra de Gil (2008), seriam aplicados 120 questionários neste estudo. No entanto, somente em 90 lotes sorteados foram possíveis a aplicação de questionários e entrevistas, posto que em 29 propriedades não fosse encontrado o responsável da família, que não moravam no lote, segundo vizinhos, o que corresponde a 24,16% do total da amostra. Além disso, houve 01 proprietário que não aceitou participar da pesquisa (este vive em total isolamento no lote, inclusive, não possui família e a propriedade se encontra em total abandono).

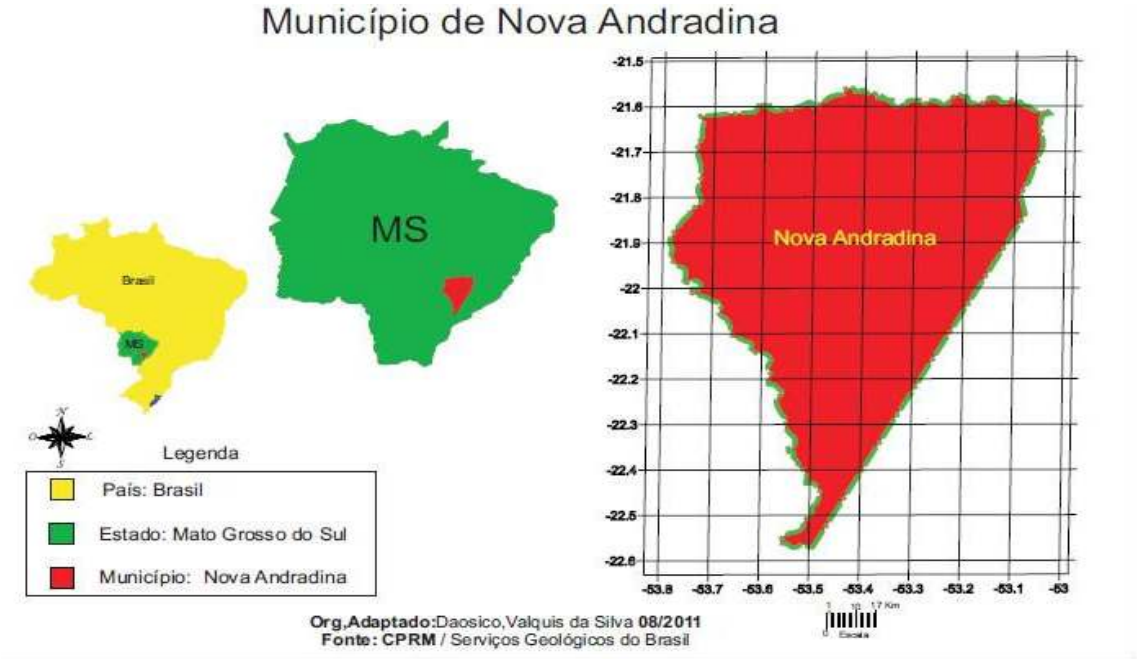
O método utilizado neste estudo possui caráter qualitativo, complementado por dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com questionários e entrevistas.

ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná, conforme aponta a Figura 1. Conta com um número populacional estimado de 50.010 habitantes (IBGE, 2013) e com uma área territorial de 4.776,002 km², sendo estabelecido no bioma de cerrado e mata atlântica. Passou a ser reconhecido como um importante polo de exportação pecuária da região Centro-Oeste e para alguns países árabes. O município possui 04 Projetos de Assentamentos,

onde mais de 63% dos estabelecimentos rurais são caracterizados como Agricultura Familiar em comparação com o Não Familiar, segundo aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

Figura 1: Mapa do município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: D´Alkmin Filho e Teixeira (2012, p. 03).

Segundo dados emitidos pelo INCRA (2013), os Projetos de Assentamento (PAs), em Nova Andradina, estão estabelecidos da seguinte forma: o Projeto de Assentamento Casa Verde; Projeto de Assentamento Teijin, o Projeto de Assentamento São João e o Projeto de Assentamento Santa Olga.

O objeto desta pesquisa, o Projeto de Assentamento Santa Olga, foi o último assentamento a ser criado no município de Nova Andradina. Teve suas origens com a desapropriação por parte do INCRA e foi instituído em junho de 2004, num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021 hectares, estando localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Ademais, destaca-se que 90% dos assentados residentes no PA Santa Olga estão ligados ao Movimento Sindical, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral da Terra - FETAGRI/MS. A área anterior foi desapropriada e sua antiga origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2013).

O Projeto de Assentamento Santa Olga possui 2,33% de área do município de Nova Andradina e em torno de 08 ha cada lote. Atualmente, o PA Santa Olga é organizado a partir de uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Olga e da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga – COOPAOLGA. Possui trator e implementos agrícolas

para a manutenção dos trabalhos no campo. Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de fornecimento de alimentos, como: mandioca, leite e hortifrutigranjeiros, realizando a distribuição nas escolas municipais de Nova Andradina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se fala em estado civil dos produtores responsáveis pelas propriedades, um fator chamou muito a atenção durante este estudo. Trata-se da quantidade de viúvas residentes no Assentamento, em virtude do falecimento de seus maridos, e, por conseguinte gostarem de viver no campo. Em sua maioria, das 25 mulheres responsáveis pela propriedade, 40% são viúvas, atingindo 11% do total pesquisado, contrapondo os estudos de Camarano e Abramovay (1999) que se referem à masculinização no campo.

Dreyfus e Rabinow (2005), ressaltando as especificidades das relações de poder de Foucault, comentam que "o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre parceiros individuais e coletivos; é um modo de ação de uns sobre os outros" (p. 287).

A pesquisa realizada no Projeto de Assentamento Santa Olga, notou-se que quando se perguntava pelo responsável da família, não se encontrava apenas a figura do pai, como Almeida (1987) e Carneiro (2001) descrevem, mas, uma parte significativa de participação feminina na responsabilidade do campo e/ou lote.

Tedeschi (2009) relata que as identidades e papéis sociais no campo, "ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes" (p. 165), fundamentadas em princípios de desigualdade de gênero, onde, a mulher, por meio de um processo sutil, estabelece um consentimento de cumplicidade com o poder do homem, em virtude dos diferentes arranjos sociais vigentes.

As estruturas históricas da ordem masculina que Bourdieu (1999) transcreve e as negociações culturais que Tedeschi (2009) relata problematizam como a mulher se subjetiva e intrinsicamente traz consigo o discurso materno e a permanência do espaço do lar como um serviço prestado aos outros e não a vontade de si própria e/ou reconhecimento do seu trabalho. Ficou evidenciado no estudo que as mulheres, mesmo com suas responsabilidades e voz ativa na gestão dos lotes, sejam sozinhas ou com os maridos, expressam uma prática social incorporada e construída historicamente em seu meio.

Quando se fala de família, a mulher é retrato fiel e inseparável deste contexto como, afirma Perrot: "família, mas do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho por si só não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isto" (2005, p. 244).

Nota-se, na pesquisa realizada, que o compromisso que a mulher possui com a família, seja em termos afetivos e/ou de trabalho, supera o discurso masculino. Porém, mesmo ela sendo portadora de poderes ou contra poderes, também denominados por Foucault (1988) de resistências, diante de desafios e lutas em sua vida, ela permanece no meio rural com os filhos, conciliando produtividade econômica e convívio social. No entanto, tal fato não permite afirmar que a sucessão da gestão da propriedade tenha continuidade com algum membro familiar, pois, em alguns casos, a mulher comenta que quer os filhos estudando, para alcançar uma vida melhor.

Comenta Bertolini (2002) que a mulher inicia um novo passo no contexto histórico e social a partir do momento que sua voz e figura passam a ser mais do que apenas a prenda doméstica. Advém, também, a "conjugar afeto e autoridade; conversar e cuidar da casa, e também a exercer o papel de provedora" (p. 20), que além dos trabalhos domésticos e de mãe, elas estão influenciando, segundo evidenciou durante o desenvolvimento desta pesquisa, diretamente nas relações da família, fato bem notório no assentamento Santa Olga, quando evidenciado maior número de lotes somente com mulheres do que homens sem presença da família ou da mulher.

Estudos realizados por Camarano e Abramovay (1999) relatam que dentre os movimentos migratórios rurais está o envelhecimento e a masculinização da população que vive no campo. O estudo em questão identificou também uma grande parte de viúvas nos lotes, de mulheres com idade acima dos 40 anos e com o grau de instrução relativo ao ensino fundamental incompleto, o que, de certa forma, evidencia questões não somente de gênero, como também de classe social nos atravessamentos das relações de poder e posição social de homens e mulheres no campo.

Quando Foucault (1999) trata o biopoder e a vida como objeto político, entra em questão as disciplinas do corpo: "adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economias das energias" (p. 136), e ainda, o micropoder de intervenções que visa todo o corpo social, que pode ser afetado de maneira direta e indireta, como foi observado no assentamento as mulheres viúvas são reféns dos familiares, que não contribuem para sua sobrevivência ou querem que saiam no meio rural. Ademais, os lotes onde a mulher tem sua postura como responsável juntamente com o marido ou apenas sozinha com os filhos não ocorrem divisão de tarefas, todos possuem suas atividades iguais no campo, com exceção das atividades domésticas, historicamente, consideradas o reduto do feminino e, ainda hoje, local onde as relações de poder encontram menor ação da resistência.

O dispositivo de sexualidade que Foucault (1999) descreve parte das técnicas de poder, que são exercidas pelas famílias, seja ele responsável homem ou mulher, e com isso, os estudos de Lodi (1987), Costa (2006) e Ricca (2007) sobre a sucessão familiar ressaltam que a relação do proprietário com o/a futuro/a sucessor/a devem consistir em total harmonia e estímulo ao destino da propriedade, fortalecendo o campo, aliado ao desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar da região a qual está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, compreendeu-se a contextualização das relações de poder de Foucault, inserida em um ambiente de sucessão na agricultura familiar no Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no Município de Nova Andradina – MS.

O estudo buscou analisar os responsáveis dos lotes no assentamento supracitado, que em vários momentos as mulheres se apresentaram como responsáveis, sendo casadas ou sozinhas, e, quando os homens se declaravam responsáveis, ao questionar a ocupação da mulher, os mesmos relataram o auxilio e a participação no processo produtivo e decisório da propriedade de forma efetiva por elas.

Todas as mulheres analisadas estavam inseridas de alguma maneira nas atividades do campo, seja no auxilio junto ao cônjuge ou na criação e manejo de hortas, galinhas, suínos, leite, entre outros. Além dessas atividades desenvolvidas, o compromisso com a casa e os filhos fazia parte do seu dia-a-dia, responsabilidades estas, que na maioria dos casos não eram divididas.

Aliás, foram em raros momentos que as mulheres não estavam presentes na pesquisa, isso demonstra como o papel delas na vida social e econômica, estão ligados à propriedade rural. Ainda, foram evidenciados vários casos de filhas sendo preparadas para a sucessão no lote, ao invés de filhos homens, em virtude de sua iniciativa e sensibilidade com a eficiência das atividades no campo, abrindo novos horizontes de possibilidades as mulheres.

No contexto da sucessão familiar e as relações de poder, de forma que a propriedade possa ter continuidade, seja na gestão do homem/mulher, e ainda, o campo com toda sua complexidade e importância na produção de alimentos, a mulher tem se destacado e o estudo demonstra a participação ativa delas, mas, há uma resistência quando se fala do ambiente doméstico no campo, pois, esta atividade se encontra ainda sob responsabilidade da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrindo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

ALTMANN, R. (Org). *Perspectivas para a Agricultura Familiar:* horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002.

BERTOLINI, L. B, De A. *Relações entre o Trabalho da Mulher e a Dinâmica Familiar*. Vetor Editora, 2002.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.* Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *IPEA*. Rio de Janeiro,1999.

CARNEIRO, M. J. *Herança e Gênero entre Agricultores Familiares*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, A. J. D. *Sucessão e Sucesso nas Empresas Familiares*. Curitiba: Juruá, 2006.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa*: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D´ALKMIN FILHO, P. S. A, TEIXEIRA, J. C. A agricultura familiar na merenda escolar da rede municipal de Nova Andradina/MS. *Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária em Uberlândia/MG*, nos dias 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1182_1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2013.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade III:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Uma Trajetória Filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp. 273-295.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Nietzsche, a genealogia e a História. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Grall, 1979, pp. 15-37.

_____. *História da Sexualidade I*. A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; LODI, J. B. *Sucessão e Conflito na Empresa Familiar*. São Paulo: Pioneira, 1987.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Nota 1: *Estimativas da população residente no Município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul, com data de referência 1º de julho de 2013 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2013.* Brasília/DF, 2013. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=130&search=mato-grosso-do-sul|nova-andradina|estimativa-da-populacao-2013>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, *Censo Agropecuário 2006.* Brasília/DF, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. *Presidência da República*. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. *Painel dos Assentamentos*. SR 16 – Mato Grosso do Sul. Brasília/DF, 2013**.** Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. *Histórico da questão agrária*. Brasília/DF, 02/12/2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/historico-da-questao-agraria>. Acesso em: 15 mai. 2013.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais,* Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber* – a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Grall, 1981, pp. 187-200.

MAXIMIANO. A. C. A. *Introdução à Administração.* – 7. ed. rev. e ampl. – 2. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. de F. L. Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. In: TEDESCHI, L. A. (Org.). *O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas*: Uma ferramenta necessária. Dourados/MS: Editora UFGD, 2009, pp 141-172.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. *Teoria geral da administração*. 3. ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PERROT, M. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

RICCA, D. *Sucessão na Empresa Familiar*: conflitos e soluções. Editora CLA, 2007.

VILPOUX, O. F; OLIVEIRA, M. A. C. de. *Sustentabilidade e Agricultura Familiar.* Curitiba – PR: CRV, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar:* realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

Artigo recebido em: 01/12/2013

Artigo aprovado em: 21/12/2013